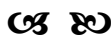


# A EDUCAÇÃO COMO EXPRESSÃO DO URBANO NA CIDADE DE MARIANA NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO 19

DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/2236-3459/49027>

Marcus Vinícius Fonseca

*Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil.*



## Resumo

Em Minas Gerais o espaço urbano produziu as condições para o desenvolvimento rural. Esta configuração espacial diferenciada é o ponto de partida para elaboração de uma análise que aborda a educação nesta sociedade. Para isso tomamos como referência a cidade de Mariana, que era uma das expressões mais elevadas do padrão de urbanidade que se desenvolveu em Minas Gerais no século 18. Para demonstrar esta condição da cidade analisamos a ação de segmentos ligados às escolas e comparamos com São Gonçalo, cidade com fortes características rurais. As diferenças entre as cidades permitiram destacar o papel da educação no espaço urbano, principalmente pela sua capacidade de ampliar a circulação de sujeitos tradicionalmente marginalizados dentro da sociedade escravista e patriarcal, destacadamente negros e mulheres.

Palavras-chave: Cidade de Mariana, espaço urbano, mulheres, educação.

## EDUCATION AS EXPRESSION OF URBAN IN THE CITY OF MARIANA IN THE FIRST HALF OF 19 CENTURY

## Abstract

In Minas Gerais, the urban space produced the conditions for the development rural. This configuration is the starting point for making an analysis of education. For this, we refer to the city of Mariana, expressions of urbanity that developed in Minas Gerais in the eighteenth century. To demonstrate this condition of the city, we analyzed the action of segments attached to schools and we compared with Sao Goncalo, city with strong rural characteristics. The differences between the cities underlined the role of education in urban areas, primarily through its ability to extend the circulation of subjects traditionally marginalized within the slaveholding and patriarchal societ, notably black people and women.

Key-words: City of Mariana, space urban, women, education.

## **LA EDUCACIÓN COMO EXPRESIÓN DE URBANO EN LA CIUDAD DE MARIANA EN LA PRIMERA MITAD DEL SIGLO 19**

### Resumen

En Minas Gerais, el espacio urbano produjo las condiciones para el desarrollo rural. Esta configuración espacial diferenciada es el punto de partida para hacer un análisis de la educación en esta sociedad. Para esto, nos referimos a la ciudad de Mariana que fue una de las más altas expresiones de urbanidad que se desarrollaron en Minas Gerais, en el siglo 18. Para demostrar esta condición de la ciudad, se analizó la acción de los segmentos vinculados a las escuelas y hacemos una comparación con São Gonçalo, ciudad con fuertes características rurales. Las diferencias entre las ciudades han puesto en relieve el papel de la educación en las zonas urbanas, principalmente a través de su capacidad de ampliar la circulación de los sujetos tradicionalmente marginados dentro del esclavista y de la sociedad patriarcal, especialmente los negros y las mujeres.

Palabras-clave: Ciudad de Mariana, espacio urbano, mujer, educación.

## **ÉDUCATION COMME EXPRESSION DE URBAINE DE LA VILLE DE MARIANA DANS LA PREMIÈRE MOITIÉ DU 19 SIÈCLE**

### Résumé

Dans le Minas Gerais, l'espace urbain a produit les conditions pour le développement rural. Cette configuration spatiale différenciée est le point de départ pour faire une analyse de l'éducation dans cette société. Pour cela, nous nous référons à la ville de Mariana, expression de l'urbanité qui s'est développée dans le Minas Gerais, au 18e siècle. Pour démontrer cela, nous avons analysé l'action des segments rattachés à des écoles et comparé avec São Gonçalo, ville avec fortes caractéristiques rurales. Les différences entre les villes ont souligné le rôle de l'éducation dans les zones urbaines, principalement grâce à sa capacité à étendre la circulation des sujets traditionnellement marginalisés dans le esclavagiste et la société patriarcale, notamment les noirs et les femmes.

Mots-clé: Ville de Mariana, espace urbain, femmes, éducation.

### Especificidades da configuração espacial de Minas Gerais nos séculos 18 e 19

**E**ntre os séculos 18 e 19 a configuração espacial do território de Minas Gerais seguiu uma trajetória de desenvolvimento onde encontramos uma inversão da tradicional relação entre o rural e o urbano. As características urbanas que marcaram os períodos iniciais do processo de ocupação do território cederam lugar para um padrão de organização influenciado pelo espaço rural. Segundo Cunha (2009, p. 58), essa trajetória se diferencia do padrão usual de composição espacial “na formação espacial de Minas Gerais o urbano antecede o rural [...] pode-se afirmar que em Minas é o espaço urbano em si que vai produzir - mais do que simplesmente anteceder - o espaço rural, e não o contrário, como via de regra se pensa o caminho da formação das cidades e dos espaços urbanos na história”.

Neste contexto, a caracterização do urbano está relacionada com a presença de uma série de elementos capazes de produzir um ambiente específico no interior das cidades. Entre eles podemos destacar a densidade demográfica, a variedade de serviços, a difusão e a circulação de ideias. Em conjunto estes elementos produzem uma configuração espacial que possibilita a circulação de sujeitos que dinamizam a vida das cidades.

Em Minas Gerais a inversão entre o rural e o urbano está relacionada com o tipo de sociedade produzida a partir da preponderância da atividade mineradora, durante os períodos iniciais de ocupação do território. Foi pela mineração que surgiram conglomerados populacionais e atividades socioculturais tipicamente urbanas. Por outro lado, foram as necessidades destes núcleos urbanos que deram origem ao espaço rural que foi se especializando pela produção de alimentos e utensílios para o abastecimento das cidades da região mineradora, que se encontravam no centro da Capitania/Província.

A manifestação do chamado barroco mineiro pode ser tomada como indicativo desse movimento de configuração espacial, pois, tratava-se de um tipo de expressão cultural que necessitava de vivências tipicamente urbanas. É por isso que em Minas Gerais esse movimento cultural manifestou-se com força no século 18, mas não encontrou paralelo no século 19, período que foi progressivamente marcado por uma cultura rural (Cunha, 2002).

A especificidade representada por esta configuração espacial encontra ressonância em outras dimensões que, quando consideradas em conjunto, revelam um perfil singular para a sociedade que se constituiu em Minas Gerais. Entre elas destaca-se a economia que, neste período, adquiriu características diferentes das demais regiões brasileiras.

Minas Gerais é a região em que encontramos a transição de uma atividade de monocultura para uma economia diversificada sem a manifestação de grandes traumas. Esse movimento ocorreu em consequência da necessidade de enfrentamento da decadência da atividade mineradora que, a partir do final do século 18, passou a ceder espaço para a agricultura, a criação de animais, o comércio e o trabalho de pequenos artesãos. Estas atividades se distribuíam de forma relativamente equilibrada entre as diferentes regiões de Minas Gerais que, neste período, deixou de ser uma região dependente da mineração para construir uma matriz econômica diversificada (Paiva, 1996).

O êxito desta diversificação econômica se expressava na intensidade do uso de mão de obra escrava, que se fazia presente em larga escala no território mineiro. Como demonstraram vários estudos sobre o tema, não é possível admitir uma crise econômica para uma região que absorvia a maior parte dos trabalhadores escravos do país. Portanto, no final do século 18 o que encontramos em Minas Gerais não foi a decadência econômica como resultado da crise na atividade mineradora, mas a diversificação e a reestruturação de sua matriz produtiva, que continuou fazendo da região o maior polo de atração dos trabalhadores escravos introduzidos no país<sup>1</sup>.

É em meio ao plantel de escravos que encontramos outro elemento que, mais uma vez, distingue Minas Gerais das demais regiões. No território mineiro a recomposição do plantel de escravos não acontecia, exclusivamente, pelo tráfico de africanos, pois uma parte significativa destes trabalhadores era proveniente da reprodução no interior do próprio cativeiro:

Comprovações documentais bastante evidentes demonstram que o impressionante aumento demográfico dos escravos de Minas, durante o século 19, resultou em grande parte da reprodução natural, e não da importação da África por meio do comércio escravagista. Não existe nenhum outro exemplo conhecido de qualquer sociedade escravagista de grande porte na América e no Caribe em que isto tenha ocorrido, e há muitíssima probabilidade de que este seja um exemplo único na história da escravidão no Brasil. (Bergard, 2004, p. 21)

Não é tarefa fácil explicar este comportamento dos escravos em Minas Gerais e nem, tampouco, avaliar sua especificidade diante das demais regiões do Brasil e das Américas. Mas provavelmente tratava-se de algo ligado às possibilidades de circulação encontradas no espaço urbano e suas conexões com o trabalho na atividade de mineração.

Portanto, em Minas Gerais encontramos um processo de configuração espacial específico em que houve a inversão das tradicionais relações entre o espaço rural e urbano. Este padrão de singularidade manifestou-se em áreas como a economia que, como vimos, evoluiu da atividade de monocultura para uma matriz produtiva diversificada. Manifestou-se também na forma inusitada de recomposição do plantel de escravos que não acontecia apenas pelo tráfico de africanos, mas também do crescimento vegetativo no interior do próprio cativeiro.

A trajetória singular percorrida pela sociedade mineira também se manifestou na área educacional. Acreditamos que isso pode ser considerado como algo que está ligado com a especificidade do padrão de urbanidade que se desenvolveu em Minas Gerais.

---

<sup>1</sup> Uma parte expressiva dos africanos escravizados que foram introduzidos no Brasil chegou ao país no século 19. Um bom número deles teve como destino as Minas Gerais que, durante todo o século 19, figurou como a região brasileira com o maior plantel de escravos: “De acordo com estimativas mais recentes, em todo o período do tráfico negreiro para o Brasil, desde meados do século XVI até os anos de 1850, chegaram ao país mais de 4,8 milhões de africanos escravizados; no primeiro quartel do século 19 (1801-1825), entraram 1.012.762 africanos; no segundo quartel (1826-50), 1.041.964, e outros 6.800 vieram após a nova lei de proibição do tráfico de 1850. A aritmética dos dados revela que mais de 42% das importações de africanos para o Brasil em três séculos de tráfico negreiro aconteceram apenas na primeira metade do século 19” (Chalhoub, 2012, p. 35).

Tudo indica que a ambiência urbana que caracterizou a região, na primeira metade do século 19, imprimiu marcas específicas no desenvolvimento dos processos de educação da população.

Neste sentido é necessário destacar a precocidade com que foi estabelecida a obrigatoriedade escolar, determinada por uma lei de 1835, data muito anterior à maioria das províncias brasileiras<sup>2</sup>.

Em Minas Gerais a obrigatoriedade escolar deve ser entendida como algo simbólico, pois, em 1835 o governo não dispunha de meios que possibilitassem o cumprimento desta lei. No entanto, podemos creditar parte deste simbolismo à mentalidade urbana que se manifestava na sociedade mineira, já que escolarização e urbanização são fenômenos paralelos (Hilsdorf, 2012). Assim, podemos entender que o estabelecimento precoce da obrigatoriedade escolar é uma manifestação da própria cultura urbana de Minas Gerais na primeira metade do século 19.

Outro elemento que destaca a educação na sociedade mineira é o perfil racial dos alunos das escolas de instrução elementar. No século 19 as escolas que se encontravam na região central de Minas Gerais - aquela que era mais antiga e que deu origem à capitania/província, comarcas de Vila Rica e do Rio das Velhas -, possuíam um perfil racial em que os negros predominavam nas aulas de instrução elementar.

Os negros eram o grupo racial que dominava a estrutura demográfica de Minas Gerais, inclusive na população livre<sup>3</sup>, e isso se reproduzia no perfil dos alunos das escolas de algumas sub-regiões que eram frequentadas, majoritariamente, por crianças negras. Estes eram, em média, 70% dos alunos que foram registrados nas escolas dos distritos da região central (Fonseca, 2009). Não há situação semelhante a esta em outras províncias brasileiras: tratava-se de algo muito particular que estava relacionado com o tipo de sociedade que se estabeleceu em Minas Gerais.

Portanto, podemos dizer que a singularidade de Minas Gerais tem sua origem na forma como aconteceu a ocupação e organização do espaço, manifestando-se também na economia, na cultura, nas características da escravidão e nas formas de estabelecimento dos processos educacionais.

Neste artigo tomaremos como referência esta especificidade para estabelecer algumas conexões entre a educação e os processos de configuração do espaço urbano. Para realização desta tarefa concentraremos nossa análise na cidade de Mariana, que era uma das localidades mais representativas do padrão de urbanidade que se estabeleceu em Minas Gerais. A partir da análise de dados provenientes de uma documentação censitária iremos investigar algumas características da população e da

<sup>2</sup> “Em termos de legislação provincial, as primeiras peças legais datam de 1835 e foram proclamadas por Minas Gerais e Goiás, seguidas do Ceará (1837) e Piauí (1845). O município neutro da Corte encerra em 1849 o movimento restrito à primeira metade do século 19” (Vidal, 2013, p. 12).

<sup>3</sup> Clotilde Paiva (1996) utilizou os dados censitários referentes à década de 1830 para estabelecer uma estimativa da população livre de Minas e registrou o número de 269.916 indivíduos nesta condição. Segundo ela, esta população era composta por 59% de negros (pardos, crioulos, africanos) e 41% de brancos. Quando acrescentamos à população livre os dados que esta mesma pesquisadora apresenta sobre o plantel de escravos, 127.366 indivíduos - quase metade da população livre - não resta dúvida quanto à presença hegemônica dos negros na população mineira

educação, que era um importante serviço ligado à vida da cidade. No processo de análise e qualificação deste serviço investigaremos alguns sujeitos cuja existência estava ligada ao ambiente urbano de Mariana, entre estes destacaremos intelectuais e estudantes.

Em seguida explicitaremos alguns procedimentos que permitiram a elaboração de um perfil dos grupos familiares que possuíam crianças nas escolas, momento em que iremos conferir uma atenção particular para as mulheres chefes de domicílio que, como veremos, era o grupo de onde se originava a maioria das crianças que frequentavam as aulas de instrução elementar.

### **A educação como um serviço e um espaço para circulação de ideias em Mariana**

A cidade de Mariana surgiu a partir de um povoado que se estabeleceu pela mineração do ouro, na região central de Minas Gerais, no final do século 17. Inicialmente foi designada com o nome de Arraial do Ribeirão de Nossa Senhora do Carmo, logo em seguida, em 1711, foi promovida à condição de Vila de Nossa Senhora do Ribeirão do Carmo, ocasião em que também alcançaram a mesma condição outros povoados mineiros, destacadamente Vila Rica e Sabará.

O êxito da atividade mineradora levou a transformação da vila em cidade, no ano de 1745. Isso fez de Mariana um dos municípios mais importantes do período colonial tornando-se, inclusive, sede do bispado:

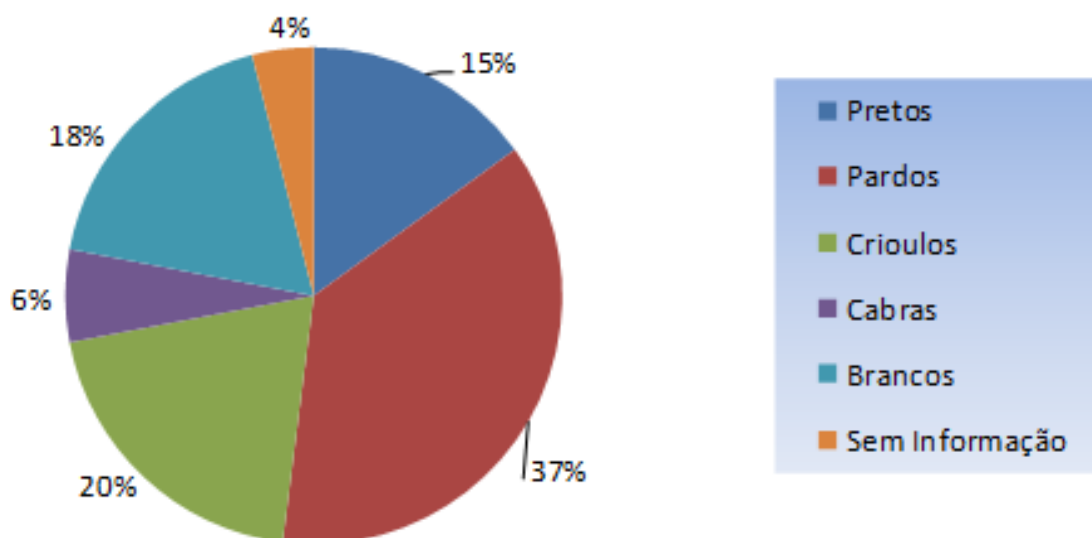
Em 1745 concretizou-se a criação do bispado. Neste mesmo ano, a vila foi elevada à categoria de Cidade de Mariana, em homenagem à D. Maria Anna D'Áustria, esposa de D. João V. Como as sedes eclesiásticas podiam ser criadas somente em terras livres segundo as leis da Igreja, esta promoção pressupunha a emancipação do município. Ou seja, ao invés de depender de um poder regional delegado ou de senhores de terra, como acontecia com as vilas coloniais, desde a Idade Média as cidades possuíam a prerrogativa especial de se subordinarem diretamente à Coroa. (Damasceno, 1998, p. 36)

No século 19 a mineração perdeu a importância que alcançou nos períodos anteriores. No entanto, a cidade continuou sendo um pólo de desenvolvimento que congregava um conjunto variado de atividades econômicas e culturais. Isso pode ser constatado em dados do ano de 1831, quando Mariana foi objeto de um registro censitário que contabilizou toda sua população. Este documento se constitui como uma lista nominativa que contabilizou os habitantes livres e escravos a partir de seus domicílios.

De acordo com os dados da lista nominativa, em 1831, a cidade contava com uma população de 2.973 habitantes que estavam distribuídos por 596 domicílios. Esta população era composta por 1.449 indivíduos do sexo masculino e 1.524 do sexo feminino. Possuía uma quantia significativa de escravos: 854 indivíduos foram registrados nesta condição, ou seja, 29% da população total.

Em relação à classificação racial temos uma presença majoritária de indivíduos que foram classificados como negros. Isso pode ser constatado quando agregamos os dados daqueles que foram listados como pretos, pardos, crioulos e cabras<sup>4</sup> que chegavam a compor 72% da população:

Gráfico 1 -  
População de Mariana em 1831 - por raça/cor.



Fonte: Lista nominativa de Mariana, 1831. Arquivo Público Mineiro: Fundo Presidente de Província. Cx 02, Pacotilha 17.

O perfil racial dos alunos das escolas elementares acompanhava aquele que encontramos na população. Sessenta e cinco crianças foram assinaladas como alunos das aulas de instrução elementar, destas 44 foram designadas como negras - pardas, crioulas e cabras - e 21 como brancas, respectivamente 68% e 32%.

A lista nominativa de Mariana também registra uma quantidade significativa de estudantes que se encontravam nos níveis mais elevados do ensino<sup>5</sup>. Em relação a este segmento merece destaque os estudantes do Seminário de Nossa Senhora da Boa Morte, instituição que contava com 26 alunos. Encontramos ainda outros 25 que frequentavam as aulas de professores que atuavam na cidade. Todos os estudantes eram do sexo masculino e se encontravam em uma faixa etária que ia dos 12 aos 32 anos. Entre eles 36 foram assinalados como brancos, 14 pardos e um como crioulo.

<sup>4</sup> Uma análise das listas nominativas revela que cada um destes termos tem um significado específico, mas não há dúvida que eram formas de classificação da população de origem africana. Ver Fonseca (2009b).

<sup>5</sup> As listas nominativas apresentam uma distinção clara entre aqueles que estavam nas escolas de instrução elementar e os que se encontravam em níveis mais elevados do ensino. Os primeiros eram designados através do termo “na escola”, ou “aprendendo a ler” e os segundos como “estudantes”. No primeiro caso, a ênfase recai sobre a *instituição* ou aquilo que era sua função primordial, *ensino de leitura*; no segundo, temos o reconhecimento de uma condição, ou seja, tratava-se de alguém que estava tempo suficiente em contato com a instituição escolar para ser designado pela *condição de estudante*.

Portanto, podemos dizer que em Mariana havia uma inversão do perfil racial dos alunos das escolas elementares e dos níveis mais elevado de ensino, pois, como vimos anteriormente, entre os primeiros havia um predomínio de negros (68%), situação que se inverte entre os estudantes com 70% brancos.

Uma das características do conceito de espaço urbano que utilizamos encontrava-se na capacidade que tinha uma cidade de absorver e por em circulação uma pluralidade de ideias. As diferentes instituições educacionais que se faziam presentes em Mariana foram espaços fundamentais para exercício desta dimensão. Elas possibilitavam a ampla circulação de pessoas e ideias pela mobilização de diferentes segmentos sociais.

Uma representação clara deste movimento pode ser encontrada no conflito entre o professor José Ribeiro Bhering e o reitor do Seminário de Nossa Senhora da Boa Morte, frei José da Santíssima Trindade. Estes dois indivíduos manifestavam fortes divergências em relação à administração do Seminário<sup>6</sup>.

José Ribeiro Bhering foi aluno do Seminário de Mariana, onde se ordenou padre em 1826, ocasião em que passou a integrar o corpo docente desta instituição. Depois de três anos como professor de Filosofia ele foi demitido em função das críticas que fazia em relação à gestão do Seminário. Ribeiro Bhering divergia do reitor da instituição em relação ao alcance das ações estabelecidas pelo poder legislativo que, no entendimento dele, deveriam normatizar a conduta do Seminário.

O reitor da instituição, frei José, reconhecia a legitimidade do poder legislativo que foi constituído após a independência do Brasil, em 1822, mas entendia que a Igreja tinha autonomia na condução de suas ações. Para o reitor isso punha o Seminário de Mariana fora das determinações estabelecidas pelo governo provincial. Gabriela Berthou de Almeida (2013, p. 18) define o conflito nos seguintes termos:

Podemos afirmar que Ribeiro Bhering era um sujeito que depositava grande confiança no Poder Legislativo, sendo este um espaço de importância capital para definição das regras que guariam a vida em sociedade. Por isso, não haveria problema, em sua concepção, se as normas de regência do Seminário, bem como os conteúdos a serem ensinados, fossem definidos nos limites das leis. Além disso, considerava que o *colégio* episcopal tinha a obrigação de oferecer à mocidade conhecimentos 'úteis' para prosperidade econômica, política e para promover a coesão social. Já para Frei José, as normas de regência do Seminário deveriam ser estipuladas pelos bispos, que haveriam de estar, por sua vez, alinhados com os ditames da Santa Sé.

O processo de gestão do Seminário de Mariana tornou-se objeto de um debate que se manifestou com frequência nas páginas do jornal *O Universal*<sup>7</sup>. Neste debate o que estava em questão era a relação entre Estado e Igreja e, conseqüentemente, o modelo de sociedade política que deveria ser estabelecido no país. Isso revela o clima de efervescência cultural de Mariana e o caráter universal das ideias que foram mobilizadas na discussão em relação ao modelo de Estado que deveria ser criado para o gerenciamento da sociedade brasileira.

<sup>6</sup> O Seminário de Nossa Senhora da Boa Morte foi fundado em 1750 pelo primeiro bispo de Mariana, Dom Frei Manuel da Cruz.

<sup>7</sup> O jornal *O Universal* circulou entre os anos de 1825 a 1842 e foi um dos principais periódicos mineiros do século 19.



No processo de definição e qualificação do urbano destacamos o lugar da educação como espaço para circulação de ideias e também como serviço prestado à população. Em relação a esta última dimensão é preciso chamar atenção para a importância que se atribuía à educação na cidade de Mariana. Isso se torna evidente quando constatamos que este foi um dos primeiros municípios de Minas Gerais, e do Brasil, a estabelecer uma lei sobre a obrigatoriedade escolar: “dessa maneira em 1 de outubro de 1828 foi prescrita a obrigatoriedade escolar nas Posturas Policias fixadas pela Câmara Municipal da cidade de Mariana. Possivelmente essa foi uma das primeiras regulamentações sobre obrigatoriedade escolar no Brasil” (Veiga, 2013, p. 139).

Portanto, a cidade de Mariana decretou a obrigatoriedade escolar sete anos antes de isso ser estabelecido em Minas Gerais. Se Minas Gerais foi pioneira entre as províncias brasileiras ao estabelecer a obrigatoriedade escolar em 1835, Mariana foi mais longe fazendo isso em 1828.

A importância deste fato torna-se ainda mais evidente quando constatamos o nível de difusão da escolarização em meio à população. Isso pode ser verificado pelo cálculo do padrão de atendimento daquilo que, a partir de uma linguagem contemporânea, podemos chamar de *população em idade escolar*.

Para calcular a população em idade escolar utilizamos como referência a lei que, em 1835, definiu a obrigatoriedade da instrução elementar para as crianças livres, do sexo masculino, de 08 a 14 anos. Trata-se do recorte de um segmento muito específico que não encontra parâmetro nos períodos posteriores. Porém, devemos considerar que utilizamos como critério o padrão de racionalidade dos legisladores mineiros que, naquela época, criaram uma lei definindo a obrigatoriedade da instrução elementar.

Quando consideramos a lista nominativa de Mariana a partir dos critérios estabelecidos pela lei da obrigatoriedade escolar encontramos 133 crianças em condições de frequentar escolas, ou seja, 4% da população total. Entre elas havia o registro de 65 que foram assinaladas como alunos das aulas de instrução elementar ou como estudante. Portanto, um atendimento a 41% das crianças em idade escolar, ou seja, aquelas que eram de condição livre, do sexo masculino, na faixa de 08 a 14 anos de idade<sup>8</sup>.

A escolarização era uma atividade que se fazia presente no cotidiano da cidade de Mariana e representava um importante serviço prestado à sua população e a de outras regiões, que até a ela se dirigiam para ter acesso aos processos de educação formal.

A atração gerada por este tipo de serviço no campo educacional pode ser entendido como uma tradição na cidade de Mariana. Sua primeira manifestação mais concreta pode ser encontrada no Seminário Nossa Senhora da Boa Morte, fundado em 1750, que recebia vários alunos de outras regiões da província e de fora dela. Essa condição foi reafirmada com a criação do Colégio Providência, fundado em 1849, como espaço para

<sup>8</sup> O segmento que recortamos pelo que foi estabelecido pela lei de 1835 pode ser entendido como um elemento eficaz para indicar a *população em idade escolar* relativa aos anos de 1830. Mas não comporta o mesmo nível de eficácia quando consideramos a trajetória percorrida pelo processo de escolarização que, em um período não muito distante, incorporou segmentos como as mulheres e aqueles que se encontravam escravizados. Portanto, para realizar um ajuste destes dados é necessário incorporar estes dois grupos ao cálculo do que seria a população em idade escolar. Ao procedermos desta forma constatamos que o percentual de crianças em idade de frequentar a escola é ampliado de forma considerável, ou seja, passa de 133 crianças para 359, representando um total de 12 % da população. É evidente que há uma significativa queda quando consideramos a totalidade das crianças de 8 a 14 anos, pois, nesta situação, o nível de cobertura da população em idade escolar cai para 15%.

de educação de mulheres, passando a receber alunas de várias regiões. Podemos dizer que, hoje, esta tradição se mantém e é revigorada pela atuação da Universidade Federal de Ouro Preto, que tem dois campi que funcionam na cidade de Mariana e recebem estudantes do país e do mundo.

### Elementos para uma classificação dos domicílios com crianças nas escolas de instrução elementar

A lista nominativa apresenta informações sobre a população de Mariana por meio dos domicílios como unidades de moradia que reuniam vários indivíduos. Em cada domicílio encontramos o nome de seus moradores, a qualidade (pertencimento étnico/racial), a condição (livres ou escravos), a idade, o estado civil e a ocupação, ou seja, a atividade exercida. Encontramos também o registro do parentesco entre os membros, ou outras formas de designação como agregados, ou expostos.

Portanto, neste documento podemos encontrar elementos que indicam a relação entre as pessoas que viviam no domicílio, o que permite uma aproximação com a estrutura dos grupos familiares, principalmente naqueles que assinalaram a presença de indivíduos nas escolas de instrução elementar. Isso pode ser visto a partir da apresentação e do comentário de um domicílio que consta na lista nominativa de Mariana, de 1831.

Quadro 1 -  
Domicílio de Bernardo Pinto Monteiro - 1831.

<i>Habitantes</i>	<i>Qualidade</i>	<i>Condição</i>	<i>Idade</i>	<i>Estado</i>	<i>Ocupação</i>
Alferes Bernardo Pinto Monteiro	Branco	Livre	56	Casado	Escrivão, general-mor
D. Maximiana Joaquina	Branco	Livre	43	Casado	....
José Mariano Pinto Monteiro (filho)	Branco	Livre	21	....	Negociante
Felicissimo (filho)	Branco	Livre	14	....	Escola
D. Maria (filha)	Branco	Livre	12	....	....
Joaquim (filho)	Branco	Livres	10	....	....
D. Francisca (filha)	Branco	Livre	4	....	....
Bernardo (filho)	Branco	Livre	12	....	....
Quitéria Gonçalves (agregada)	Parda	Livre	60	....	....
Pedro	Preto	Cativo	36	....	....
Maria Antônia	Preto	Cativo	32	....	....

Fonte: Lista nominativa de habitantes de Mariana.

Neste domicílio encontramos o grupo chefiado pelo Alferes Bernardo Pinto Monteiro, que era casado e estava acompanhado de sua esposa e seis filhos, quatro homens e duas mulheres. Encontramos também o registro de integrantes que não aparentavam nenhum tipo de parentesco, como a agregada Quitéria Gonçalves e os escravos Pedro e Maria Antônia.

A classificação de raça/cor indica uma hierarquia na definição da *qualidade* dos membros do domicílio, pois, como pode ser visto o núcleo familiar foi assinalado como branco, enquanto os demais foram classificados a partir de uma hierarquia racialmente estruturada. A agregada Quitéria foi considerada parda e os escravos Pedro e Maria Antônia foram apresentados como pretos. Portanto, há uma hierarquia que separa os

indivíduos a partir do status racial: núcleo familiar era branco, agregados pardos e os escravos pretos. A classificação como branco é o reconhecimento de um *status* incondicional de liberdade, os agregados que de alguma forma tinham uma relação de dependência com o núcleo familiar foram apresentados como pardos e os cativos que eram absolutamente dependentes foram assinalados na condição pretos.

A regularidade com que encontramos esta hierarquização indica que as distâncias sociais eram acompanhadas, ou reforçadas, por diferenciações étnico/raciais. Isso indica que as classificações apresentadas no campo relativo à qualidade iam muito além da raça, ou cor, designando também um lugar social<sup>9</sup>.

Na lista de Mariana encontramos a manifestação de uma mentalidade patriarcal que determinava que, quando havia cônjuges, o homem devia ser sempre apresentado em primeiro lugar, ou seja, como chefe do domicílio. Esta mentalidade também estabelecia que fosse indicada apenas a ocupação do chefe ou do polo masculino do domicílio. Desta forma podemos perceber que há o registro da ocupação do chefe do domicílio, de seu filho mais velho e um indivíduo que estava na escola. Esta maneira de construir os registros nas listas nominativas indica que a ocupação do chefe determinava a dos demais membros, sinalizando que estes mantinham para com ele uma relação de dependência.

Neste sentido devemos chamar a atenção para o registro dos indivíduos que estavam em processo de *escolarização como uma ocupação*. Isso indica que a escola já havia se afirmado como um espaço destinado às crianças, sobretudo do sexo masculino. Por outro lado indica também uma preocupação em privilegiar esta informação, ou seja, ela foi posta em um nível de importância semelhante à ocupação do chefe do domicílio, o que revela o nível de consolidação da escola no espaço representado pela cidade de Mariana.

A lista nominativa de Mariana apresenta a relação de parentesco entre os membros do domicílio e também a condição de diferentes sujeitos. No entanto, estas informações estão distribuídas de uma forma irregular, ou seja, são assinaladas em alguns casos e omitidas em outros. Deste modo, não podemos ter certeza do nível de relação entre os membros do domicílio quando consideramos apenas as listas nominativas como material de pesquisa. Esta irregularidade pode ser parcialmente corrigida à medida que o contato com as listas permite compreender a sua lógica de preenchimento e o ordenamento das informações. Assim, é possível perceber que em primeiro lugar sempre aparece o chefe do domicílio, em seguida - quando há - o registro do cônjuge, os filhos e, por fim, agregados e escravos.

Esta lógica de ordenamento permite a visualização de um grupo familiar no interior do domicílio, mas sempre há dúvidas sobre grau de proximidade dos indivíduos. A dificuldade se amplia quando encontramos um grupo que não estava organizado a partir de um casal, nestes casos é mais difícil avaliar se havia parentesco entre os membros.

Em Mariana havia vários domicílios que eram organizados sem as relações de parentesco como elemento aglutinador do grupo. Isso estava ligado a uma realidade que remonta às sociedades do período pré-industrial, cuja principal característica era a organização das unidades de moradia como grupo de trabalho.

<sup>9</sup> Ver Fonseca (2009b).

No Brasil o trabalho era uma instância fundamental em relação ao processo de organização dos domicílios. Um indicativo disso é a apresentação de livre e escravos como parte integrante das unidades de moradia que eram descritas pelas listas nominativas, ou seja, o que legitimava este tipo de coexistência era a importância do trabalho como elemento de estruturação dos domicílios. Desta forma, o que justificava a reunião de indivíduos de condições tão díspares - livres, escravos e agregados - era o fato de que os domicílios eram espaços de moradia e trabalho.

Quando tratamos destes domicílios não nos referimos a uma casa. O domicílio podia ser uma casa ou um conjunto de moradias ligadas por uma atividade produtiva. Portanto, trata-se de algo diferente da experiência construída nas sociedades modernas, período em que o espaço de trabalho tende a ser organizado fora dos domicílios (Laster, 1984).

Quando consideramos a pluralidade de membros de um domicílio podemos dizer que, na maioria dos casos, havia um grupo que possuía relações de parentesco, mas, nem sempre é possível uma definição segura dos membros e o grau de proximidade entre eles. Isto impede que possamos utilizar de forma exclusiva ideia de família para descrever o grupo ao qual estavam ligados os indivíduos que frequentavam as escolas de instrução elementar.

Para superar as dificuldades relativas às características do material escolhido para análise, construímos uma classificação que descreve os domicílios a partir de um modelo do tipo familiar. Para classificar os domicílios a partir de um modelo do tipo familiar desconsideramos as pessoas que foram registradas como escravas<sup>10</sup> e utilizamos como referência a figura daquele que ocupava a chefia da moradia, pois a este indivíduo estavam ligados os demais que, geralmente, tinham para com ele uma relação de dependência.

A partir deste modelo centrado na figura do chefe do domicílio criamos uma tipologia que permite descrever as unidades de moradia a partir de uma classificação familiar: 1) domicílio de grupo familiar simples, 2) domicílio de grupo familiar com agregado, 3) domicílio de grupo familiar ampliado, 4) domicílio de grupo chefiado por homem, 5) domicílio de grupo chefiado por mulheres.

Os três primeiros tipos de domicílios que construímos têm em comum o fato de encontrarmos cônjuges no seu interior. Assim, a classificação considerou não só o chefe, mas também o fato dele ter uma situação conjugal reconhecida como legítima por aqueles que elaboraram a lista. Portanto, encontramos nesta situação um homem que ocupava a chefia do domicílio que foi registrado como casado e estava acompanhado por sua esposa.

O primeiro entre estes três, que registraram domicílios em que havia pessoas casadas, foi denominado de *domicílio de grupo familiar simples*. Trata-se de um grupo que corresponde ao padrão mais convencional de família para o mundo ocidental, ou seja, aquele em que há um homem e uma mulher reconhecidos como um casal, que podiam estar acompanhados por descendentes diretos.

---

<sup>10</sup> As listas nominativas não deixam dúvida em relação à proximidade espacial entre senhores e escravos, que coabitavam a unidade de moradia organizada a partir do trabalho. No entanto, não podemos de forma alguma entender que os escravos tinham qualquer nível de pertencimento ao grupo familiar senhorial. Desta forma, os escravos foram desconsiderados na classificação familiar dos domicílios que construímos.

Quadro 2 -  
Domicílio de Lucio Ferreira do Bonfim - 1831.

<i>Habitantes</i>	<i>Qualidade</i>	<i>Condição</i>	<i>Idade</i>	<i>Estado</i>	<i>Ocupação</i>
Lucio Ferreira do Bonfim	Pardo	Livre	30	Casado	Ferrador
Rita Ferreira	Pardo	Livre	22	Casado...	...
João	Pardo	Livre	01	..	....

Fonte: Lista nominativa de habitantes de Mariana.

No *domicílio de grupo familiar com agregado* temos todos os elementos relativos à definição do grupo anterior, mas sempre há uma ou mais pessoas que não possuem parentesco com os membros do grupo e foram registradas como agregados. A lista nominativa de habitantes de Mariana apresenta formalmente a condição de agregado, assim, estes indivíduos têm esta condição assinalada após a apresentação do seu nome.

Quadro 3 -  
Domicílio de José Mariano da Crus - 1831.

<i>Habitantes</i>	<i>Qualidade</i>	<i>Condição</i>	<i>Idade</i>	<i>Estado</i>	<i>Ocupação</i>
Jose Marianno da Crus	Pardo	Livre	50	Casado	Escrivão de órfãos
Faustina Placencia da Silva	Pardo	Livre	40	Casado	...
Guilherme Marianno da Crus	Pardo	Livre	20	Solteiro	Negócio
José Pedro	Pardo	Livre	06	...	Escola
Joaquim	Pardo	Livre	12	...	...
Pedro Alexandre do Vale (agregado)	Cabra	Livre	66	Solteiro	Sapateiro
Francisca	Crioula	Cativa	80	Viúva	...
Manoel	Preto	Cativa	55	Solteiro	Cego

Fonte: Lista nominativa de habitantes de Mariana.

O *domicílio de grupo familiar ampliado* descreve aqueles em que havia mais de um casal, ou seja, onde encontramos o chefe, sua esposa e outro casal que podia, inclusive, estar acompanhado por filhos. Em geral, o segundo casal era formado a partir de um descendente direto do primeiro, filho ou filha, o que representaria uma situação de parentesco semelhante a das famílias simples e a vinculação de membros, genro ou nora, como agregados. Optamos pelo conceito de grupo familiar ampliado por levar em conta a situação de legitimidade matrimonial dos casais presentes no mesmo domicílio.

Quadro 4 -  
Domicílio de Eduardo Ferreira Mesquita - 1831.

<i>Habitantes</i>	<i>Qualidade</i>	<i>Condição</i>	<i>Idade</i>	<i>Estado</i>	<i>Ocupação</i>
Eduardo Ferreira Mesquita	Pardo	Livre	43	Casado	Pedreiro
Maria dos Santos	Pardo	Livre	39	Casado	...
Joaquina Ferreira	Pardo	Livre	19	Solteiro	...
José Pereira Sales	Pardo	Livre	40	Casado	Sapateiro
Cândida Ferreira	Pardo	Livre	23	Casado	...
Anna	Pardo	Livre	99	...	...

Fonte: Lista Nominativa de Habitante Mariana.

O domicílio de grupo chefiado por homem e domicílio de grupo chefiado por mulher foram construídos tendo como referência exclusiva a situação de chefia da unidade de moradia. Estes dois modelos foram aplicados a uma série de situações que apresentam domicílios em que a chefia era ocupada por um indivíduo que foi registrado como solteiro ou viúvo, não sendo possível definir com clareza a relação com os outros membros. Por exemplo, quando temos uma mulher registrada como viúva é provável que alguns membros sejam seus descendentes diretos, mas, é difícil ter certeza em relação a esta afirmação.

Quadro 5 -  
Domicílio de Sebastiana Claudina - 1831.

<i>Habitantes</i>	<i>Qualidade</i>	<i>Condição</i>	<i>Idade</i>	<i>Estado</i>	<i>Ocupação</i>
D. Sebastiana Claudina	Branca	Livre	37	Viúva	Costureira
D. Maria	Branca	Livre	20	Solteira	...
Maria Felicia (exposta)	Branca	Livre	11	Solteira	...
Maria Joanna (agregada)	Crioula	....	50	Solteira	...
Carolina	Pardo	...	11	Solteira	...
Antonio	Preto	Cativo	30	Solteiro	...
Malaquias	Preto	Cativo		Solteiro	...
Roza	Preto	Cativo		Solteiro	...

Fonte: Lista Nominativa de Habitante de Mariana

Em outros casos, temos domicílios que eram chefiados por membros do clero que estavam acompanhados por uma série de pessoas. Nesta situação é provável que não houvesse ligação de parentesco entre os indivíduos, mas todos eram listados em uma situação de aparente dependência para com o chefe. Temos ainda domicílios em que encontramos indícios de que os membros eram irmãos da pessoa que ocupava a chefia, mas não é possível afirmar com certeza que se tratava de um grupo familiar organizado a partir de relações de parentesco.

Quadro 6 -  
Domicílio de José da Crus - 1831.

<i>Habitantes</i>	<i>Qualidade</i>	<i>Condição</i>	<i>Idade</i>	<i>Estado</i>	<i>Ocupação</i>
Padre José da Crus	Branco	Livre	34	Solteiro	Capelão da Sé, Sacerdote
D Margarida Pereira da Costa	Branco	Livre	84	Viúvo	...
Egídio Lopes	Branco	Livre	14	Solteiro	Estudante
Jeronimo Lopes	Branco	Livre	13	Solteiro	....
Joaquina	Preto	Cativo	50	Solteiro	....

Fonte: Lista Nominativa de Habitante de Mariana

Portanto, para contornar as incertezas em relação aos membros destes grupos que eram chefiados por pessoas solteiras ou viúvas utilizamos, para efeito de classificação, a designação de *domicílio de grupo chefiado por homem e domicílio de grupo chefiado por mulher*. A distinção de gênero é importante nestes casos, pois permite visualizar um padrão de comportamento que apresenta diferenças entre os dois sexos e, como veremos, está relacionado com a inserção de crianças nas escolas.

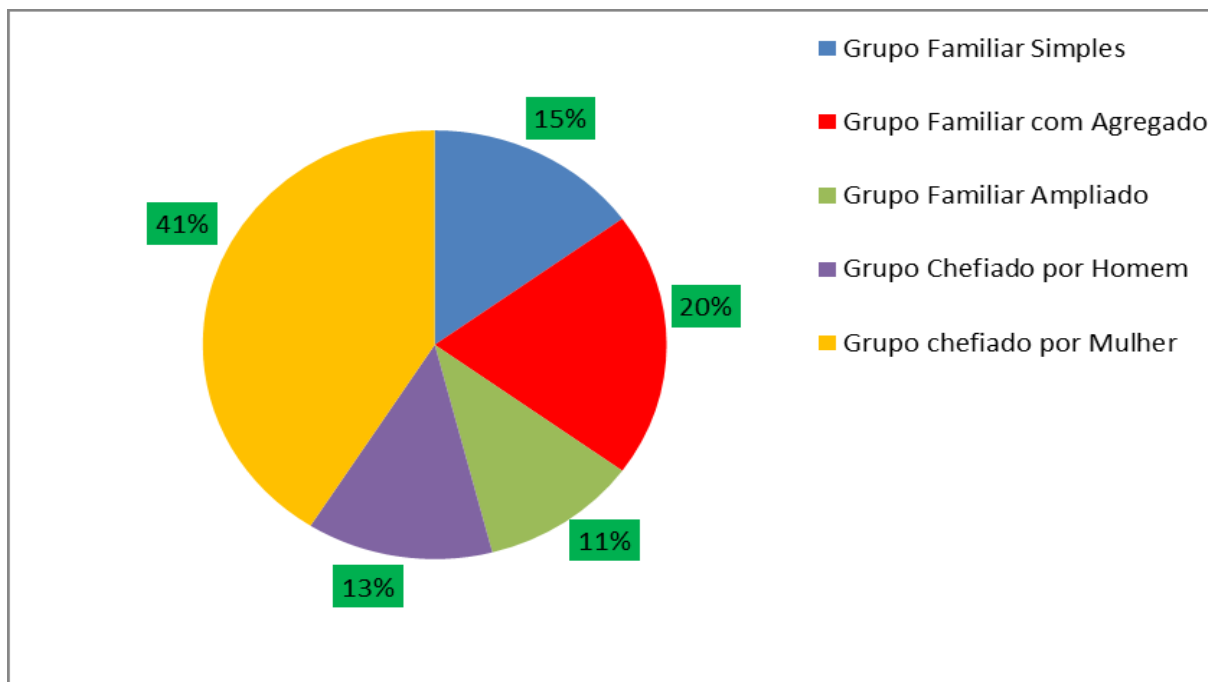
#### **Perfil dos domicílios com crianças nas escolas de instrução elementar**

Em Mariana as sessenta e cinco crianças que se encontravam nas escolas de instrução elementar estavam distribuídas por 46 domicílios. Estes domicílios eram habitados por um pequeno número de pessoas, isso se torna evidente quando consideramos os indivíduos livres que neles viviam. Em 29 deles encontramos de duas a cinco pessoas livres, em 14 de seis a nove e apenas três possuíam dez ou mais habitantes.

O conjunto dos dados relativos aos domicílios onde viviam alunos das escolas de instrução elementar indica que estes grupos possuíam uma situação econômica que os localizava fora dos grupos mais favorecidos economicamente. Isso pode ser constatado nos dados relativos à posse de escravos: estes não se faziam presentes na maioria dos domicílios que possuíam crianças em processo de escolarização. De um total de 46 domicílios, em 29 encontramos apenas pessoas livres, mesmo naqueles em que havia escravos estes estavam presentes em pequeno número.

Portanto, os domicílios com crianças nas escolas eram habitados por um pequeno número de pessoas e a maioria absoluta destas moradias comportava somente indivíduos de condição livre. Quando consideramos os quarenta e seis domicílios a partir da tipologia que apresentamos anteriormente, temos a seguinte distribuição:

Gráfico 2 -  
Perfil dos domicílios com crianças nas escolas de instrução elementar de Mariana - 1831.



Fonte: Lista nominativa de Mariana, 1831. Arquivo Público Mineiro: Fundo Presidente de Província. Cx 02, Pacotilha 17.

O que surpreendente nestes dados é o predomínio absoluto dos domicílios de grupos chefiados por mulheres, 41% do total. Mesmo quando consideramos os dois grupos familiares do tipo simples, ou seja, com e sem agregado, estes ainda eram numericamente inferiores aos que eram chefiados por mulheres, pois, em conjunto, chegavam a compor 35% dos domicílios. Portanto, encontramos um número expressivo de mulheres chefes de domicílios que utilizavam a escolarização como estratégia de movimentação no espaço social.

Este é mais um elemento que afirma o padrão de urbanidade representado por Mariana. Isso fica evidente quando comparamos esta situação com distritos que possuíam características mais próximas do espaço rural. Podemos evidenciar isso a partir de uma comparação com o distrito de São Gonçalo, que se encontrava na região Sul da província de Minas Gerais<sup>11</sup>.

A lista nominativa de São Gonçalo registra uma população de 3.582 indivíduos, portanto, demograficamente superior a Mariana, que possuía 2.974 habitantes. Quando consideramos o número de crianças assinaladas como alunos das escolas de instrução

<sup>11</sup> Esta região teve sua economia estruturada a partir das necessidades de abastecimento da região mineradora e, a partir do início do século 19, das províncias do Rio de Janeiro e São Paulo. Portanto, tratava-se de uma região com um perfil sócio-econômico ligado ao desenvolvimento das atividades rurais. Ver Andrade (2008).



elementar encontramos 37 indivíduos. Número muito inferior às 65 crianças que encontramos em Mariana, que foi um dos dados que utilizamos para classificá-la como um espaço urbano.

O contraponto entre o rural e o urbano em relação às duas cidades fica mais evidente quando analisamos o perfil dos ofícios - ocupações - presentes nas duas cidades. Quando consideramos a população apta para o mundo do trabalho, ou seja, aquela que era composta por indivíduos livres e escravos, que se encontravam na faixa etária acima dos 14 anos, encontramos 2.229 pessoas nestas condições em São Gonçalo<sup>12</sup>. Destas, 39% estavam ligadas a atividades que podemos classificar como rurais. Em relação à Mariana, temos 2.295 indivíduos aptos para o trabalho, mas, entre eles, apenas 4,5% exerciam alguma atividade ligada a ofícios que poderíamos chamar de rurais.

No perfil dos alunos das escolas de instrução elementar também encontramos diferenças. Quando consideramos a condição racial dos alunos encontramos uma situação oposta à de Mariana, isso porque temos um predomínio absoluto dos brancos na escola, ou seja, dos 37 alunos, 35 foram classificados desta forma, ou seja, 94,5%.

A diferença entre as possibilidades encontradas por negros no espaço urbano se assemelha a das mulheres chefes de suas unidades de moradia que, como vimos, compunham o maior grupo de domicílios com crianças na escola em Mariana. Realidade bem diferente daquela que encontramos em São Gonçalo, onde havia apenas quatro domicílios chefiados por mulheres, o que representava 20% do total. Ou seja, em Mariana, encontramos mais que o dobro de domicílios com crianças nas escolas que eram chefiados por mulheres: 41%.

Portanto, a condição de mulheres chefes de domicílio com crianças nas escolas é algo que estava ligado às condições de vida produzidas nos espaços urbanos que, certamente, propiciava uma gama maior de possibilidades para este segmento. No espaço urbano representado por Mariana, as hierarquias e os preconceitos dirigidos a grupos como mulheres e negros não impedia a construção de estratégias que lhes permitiam uma capacidade maior de movimentação no espaço poroso das cidades onde podiam, inclusive, utilizar os processos de educação formal como mecanismos de afirmação no espaço social.

### **Considerações finais**

A relação entre o espaço urbano e os processos ligados à escolarização é um fenômeno conhecido pela história da educação (Hilsdorf, 2012). A escola é algo que se faz presente no espaço urbano e foi fundamentalmente nele que ela encontrou o ambiente propício para seu desenvolvimento. De outro lado este foi um dos serviços importantes para formação e afirmação dos mais diferentes aspectos relativos à urbanidade, mesmo quando consideramos o urbano dentro do quadro de referências do século 18.

<sup>12</sup> Para efeito de classificação da população que estava apta para o trabalho utilizamos, mais uma vez, como referência a lei n. 13 e o corte etário que definiu a crianças que eram obrigadas a frequentar escolas. Procuramos utilizar como referência uma lei que exprimia um padrão etário considerado naquela época, mas, no entanto, temos clareza da complexa situação do trabalho na sociedade do século 19 e as diferenças de inserção de livres e escravos na vida ativa.

Neste sentido, podemos afirmar que Mariana era uma das expressões do padrão de urbanidade que se estabeleceu em Minas Gerais. Acompanhando este padrão encontramos um desenvolvimento significativo dos processos de educação formal que cumpriram uma dimensão importante como um serviço prestado à população e também como elemento para dinamização da vida política e cultural da cidade.

Dentro deste universo merece destaque a vinculação de um segmento específico da população com as escolas: mulheres que eram chefes de suas unidades de moradia. A existência de mulheres nesta condição já é algo relativamente familiar aos estudos da historiografia brasileira que vem contestando a visão tradicional de passividade atribuída ao sexo feminino.

No artigo *Mulheres chefes de domicílio: uma análise comparativa no Brasil do século 19*, Eni Samara (1993, p. 59) apresenta dados significativo em relação a isso, principalmente quando compara a situação de regiões como Minas Gerais, São Paulo, Goiás, Bahia e Ceará:

Neste conjunto é relevante o número de mulheres chefiando famílias e gerindo as chamadas economias domésticas com índices que variam de 30% a 45% do total nas várias áreas estudadas.... Rever imagens e revelar outras significa sem dúvida romper com os enraizamentos impostos pela historiografia ao longo do tempo. Sob esse ponto de vista, a inserção das mulheres no mundo do trabalho e no espaço público incide diretamente no papel que era reservado aos sexos na sociedade brasileira. No âmbito doméstico altera a rigidez dos modelos impostos e tidos como válidos para toda a sociedade, esquecidas as variações regionais e temporais, fundamentais para se entender um país como o Brasil. As hierarquias são outras e podem ser entendidas como uma reversão da ordem ou apenas mais um dos mitos que necessariamente devem ser rompidos, num confronto entre imagem e realidade.

Em Mariana encontramos uma correspondência plena com esta descrição apresentada por Samara (1993). Quando consideramos a totalidade dos domicílios existentes na cidade encontramos 46% deles com a chefia de mulheres, ou seja, um nível de representação que estava dentro daquele que foi descrito para diferentes províncias brasileiras.

Quando consideramos a questão do ponto de vista de uma abordagem que leva em conta as questões relativas à educação, principalmente no que se refere ao perfil dos grupos que possuíam crianças nas escolas, constatamos um predomínio absoluto de domicílios chefiados por mulheres. Esta realidade está próxima da que foi descrita por Fonseca (2009) em um trabalho que tratou da questão a partir da Região Mineradora Central, onde os domicílios chefiados por mulheres apareceram em seguida aos domicílios de grupo familiar simples nos dados relativos a dez distritos.

Em Mariana encontramos uma situação em que os domicílios chefiados por mulheres alcançaram uma representação que os sobrepunha ao modelo mais convencional de família que conhecemos, ou seja, os domicílios de grupo familiar simples. As mulheres chefes de domicílio estavam presentes na cidade de Mariana de forma semelhante outras regiões brasileiras, no entanto, encontramos um predomínio absoluto delas em meio aos domicílios que tinham crianças nas escolas de instrução elementar.

No entendimento desta situação precisamos relativizar as questões de gênero, já que se tratava de mulheres que escolarizavam seus filhos do sexo masculino, grupo absolutamente preponderante em meio às crianças que estavam nas escolas de instrução elementar. Portanto, não podemos reduzir este comportamento a uma reação feminina, pois, é preciso considerar a adequação destas mulheres a um padrão de comportamento que entendia a escola como espaço da masculinidade.

Mas quando abordamos a questão considerando dimensões como raça, gênero e configuração espacial há um conjunto de elementos que permite uma aproximação com o padrão de conduta destas mulheres. Desta forma, podemos constatar que era em uma cidade em que havia um elevado padrão de urbanidade que elas encontraram possibilidades de utilização da escola como dispositivo para desafiar e enfrentar as hierarquias da sociedade escravista e patriarcal que se estabeleceu em Minas Gerais.

## Referências

ALMEIDA, Gabriela Berthou de Almeida. O Seminário de Nossa Senhora da Boa Morte na construção da nação: debates políticos e propostas educacionais. In: HAMDAN, Juliana Cesário; FONSECA, Marcus Vinícius; CARVALHO, Rosana Areal. *Entre o seminário e o grupo escolar: a história da educação em Mariana (XVIII e XX)*. Belo Horizonte: Mazza, 2013, p. 13-32.

ANDRADE, Marcos Ferreira de. *Elites regionais e a formação do estado imperial brasileiro: Minas Gerais-Campanha da Princesa (1799-1850)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.

BERGAD, Laird W. *Escravidão e história econômica: demografia de Minas Gerais (1720-1880)*. Bauru: Edusc, 2004.

CHALHOUB, Sidney. *A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

CUNHA, Alexandre Mendes. O urbano e o rural em Minas Gerais entre os séculos 18 e 19. *Cadernos da Escola do Legislativo*. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa de Minas Gerais, v. 11, n. 16, 2009, p. 57-70.

CUNHA, Alexandre Mendes. *Vila Rica - São João Del Rey: as voltas da cultura e os caminhos do urbano entre o século 18 e 19*. Niterói: UFF, 2002. 332f. Dissertação (mestrado em História). Universidade Federal Fluminense.

FONSECA, Claudia Damasceno. O espaço urbano de Mariana: sua formação e representações. *Termo de Mariana: história e documentação*. Mariana: Ufop, 1998, p. 27-66.

FONSECA, Marcus Vinicius. *População negra e educação: uma análise a partir do perfil racial das escolas mineiras no século 19*. Belo Horizonte: Mazza, 2009.

FONSECA, Marcus Vinicius. Apontamentos para um problematização das formas de classificação racial dos negros no século 19. *Revista de Educação Pública*. Cuiabá, v. 18, n. 36, 2009b, p. 201-221.

FONSECA, Marcus Vinicius; HAMDAN, Juliana Cesário; CARVALHO, Rosana Areal (orgs). *Entre o seminário e o grupo escolar: a história da educação em Mariana (XVIII - XX)*. Belo Horizonte: Mazza, 2013.

FONSECA, Marcus Vinicius. Perfil dos domicílios e grupos familiares com crianças nas escolas de instrução elementar em Minas Gerais no século 19. In: *Revista Brasileira de História da Educação*. São Paulo: Autores Associados, n. 23, 2010, p. 13-39.

HISLDORF, Maria Lucia S. *O aparecimento da escola moderna: uma história ilustrada*. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

LAGE, Ana Cristina Pereira. Práticas educativas das Filhas de Caridade de São Vicente de Paulo em Mariana, no século 19. In: HAMDAN, Juliana Cesário; FONSECA, Marcus Vinicius; CARVALHO, Rosana Areal. *Entre o seminário e o grupo escolar: a história da educação em Mariana (18 e XX)*. Belo Horizonte: Mazza, 2013, p. 69-99.

LASTER, Peter. Família e domicílio como grupo de trabalho e grupo de parentesco: comparações entre áreas da Europa Ocidental. In: MARCÍLIO, Maria L. (org). *População e sociedade: evolução das sociedades pré-industriais*. Petrópolis, Vozes, 1984, p. 166-192.

LISTA NOMINATIVA dos habitantes de Minas Gerais. Arquivo Público Mineiro: Fundo Presidente de Província - documentos microfilmados.

LIVRO DAS LEIS MINEIRAS. Ouro Preto (1835-1883). Arquivo Público Mineiro.

PAIVA, Clotilde Andrade. *População e economia nas Minas Gerais do século 19*. São Paulo: USP, 1996. 176f. Tese (doutorado em História). Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas.

SAMARA, Eni de Mesquita. Mulheres chefes de domicílio: uma análise comparativa no Brasil do século 19. *História*. São Paulo: Unesp, n. 12, 1993, p. 49-61.

SAMARA, Eni de Mesquita. A família no Brasil: história e historiografia. *História Revista*, v. 2, n. 2, Goiânia: Departamento de História/UFG, 1997, p. 7-21.

VEIGA, Cynthia Greive. Obrigatoriedade escolar em Minas Gerais no século 19: coerção externa e autocorreção. In: VIDAL, Diana Gonçalves; Figueiredo de Sá, Elisabeth; Silva, Vera Lúcia Gaspar da. *Obrigatoriedade escolar no Brasil*. Cuiabá: UFMT, 2013, p. 135-152.

VIDAL, Diana Gonçalves. Faces da obrigatoriedade escolar: lições do passado, desafios do presente. In: VIDAL, Diana Gonçalves; Figueiredo de Sá, Elisabeth; Silva, Vera Lúcia Gaspar da. *Obrigatoriedade escolar no Brasil*. Cuiabá: UFMT, 2013, p. 11-20.

MARCUS VINÍCIUS FONSECA é mestre em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais e doutor em Educação pela Universidade de São Paulo. É professor no Departamento de Educação da Universidade Federal de Ouro Preto, onde também atua no Programa de Pós-Graduação em Educação.

Endereço: Instituto de Ciências Humanas e Sociais da UFOP, Departamento de Educação, Rua do Seminário s/n - 35420-000 - Mariana - MG - Brasil.

E-mail: [mvfonseca@ichs.ufop.br](mailto:mvfonseca@ichs.ufop.br).

Recebido em 21 de julho de 2014.

Aceito em 3 de setembro de 2015.